



SEDUC-RO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA

**TÉCNICO EDUCACIONAL
ATIVIDADE DE SECRETARIADO**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ História e Geografia de Rondônia
- ▶ Informática Básica
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 2/2026/SEGEF-GCP



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEDUC-RO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE
RONDÔNIA

Técnico Educacional –
Atividade De Secretariado

EDITAL Nº 2/2026/SEGEP-GCP

CÓD: SL-024JN-26
7908433289524

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Identificação de tema, ideia principal e informações explícitas e implícitas	15
3. Relação entre partes do texto; denotação e conotação; Relações semânticas básicas: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e polissemia	16
4. Ortografia oficial conforme o Acordo Ortográfico	20
5. Acentuação gráfica.....	22
6. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção, com noções básicas de flexão.....	27
7. Formação de palavras: prefixação, sufixação e composição; verbos: tempos e modos mais usuais, vozes verbais e formas nominais	36
8. Concordância nominal e verbal	40
9. Regência nominal e verbal em usos frequentes	44
10. Emprego do acento indicativo da crase em situações comuns.....	48
11. Pronomes: uso e colocação pronominal em frases simples	50
12. Pontuação: uso da vírgula, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, dois-pontos, ponto e vírgula e travessão.....	53
13. Figuras de linguagem mais comuns, coletivos	59
14. Noções básicas de sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado); período simples e noções introdutórias de período composto por coordenação e subordinação	62

História e Geografia de Rondônia

1. Aspectos históricos da formação territorial de Rondônia e do Brasil; povos indígenas, ocupação e colonização; religião, economia e infraestrutura nos processos de formação regional; principais marcos da história de Rondônia; acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais recentes no estado, no Brasil e no mundo	69
2. Geografia física de Rondônia e do Brasil: localização, clima, relevo, hidrografia, solos e biomas; características ambientais e desafios socioambientais	70
3. Globalização como processo de transformação mundial	79
4. Localização e limites entre os municípios de Rondônia	81
5. Divisões político-administrativas do estado; divisas e fronteiras de Rondônia com estados e países vizinhos.....	83
6. Governadores do estado de Rondônia e suas gestões no contexto histórico.....	84
7. Setores produtivos da agropecuária em Rondônia: principais culturas, áreas de exploração e importância econômica ...	85
8. Economia regional: produção, transporte, comércio e serviços; dinâmicas populacionais e urbanização	86
9. Interações entre sociedade, economia e meio ambiente; utilização sustentável dos recursos naturais.....	88

Informática Básica

1. Conceitos de informática básica; hardware e software	93
2. Sistemas operacionais: conceitos	97
3. Uso básico do Windows. noções elementares de outros sistemas operacionais (como Linux); área de trabalho, janelas, arquivos, pastas e dispositivos de armazenamento; organização e gerenciamento de arquivos e pastas; procedimentos básicos de instalação e desinstalação de programas.....	98

4. Conceitos e modos de utilização de aplicativos de edição de texto, planilhas eletrônicas e apresentações (como Microsoft Office e similares); formatação de documentos, planilhas e slides; uso de funções simples em planilhas; organização de dados e gráficos	126
5. Escolher um Modelo	127
6. Conceitos e modos de uso de tecnologias, ferramentas e aplicativos associados à Internet e à Intranet; navegação segura na web; pesquisa de informações	173
7. E-mail: envio, recebimento e anexos	178
8. Noções de segurança da informação e boas práticas de uso	181
9. Conceitos de nuvem	186
10. Armazenamento online e compartilhamento de arquivos	188

Conhecimentos Específicos

Técnico Educacional – Atividade De Secretariado

1. Noções básicas de administração pública aplicadas ao ambiente escolar; Organização e funcionamento da Secretaria Escolar; Rotinas administrativas e de secretariado	193
2. Atendimento ao público interno e externo	198
3. Comunicação oral e escrita no ambiente de trabalho	200
4. Redação oficial básica; Elaboração, leitura e organização de documentos; Protocolos, registros, atas, ofícios, memorandos, requerimentos e comunicados	204
5. Arquivo escolar	213
6. Classificação, organização, guarda e conservação de documentos	214
7. Controle e movimentação de processos	215
8. Noções de legislação educacional aplicada à secretaria escolar; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	217
9. Estatuto da Criança e do Adolescente	237
10. Princípios da gestão democrática na escola	276
11. Ética no serviço público	279
12. Sigilo profissional	285
13. Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe	286
14. Uso de sistemas informatizados da área educacional	287
15. Informática básica aplicada às atividades de secretariado; Uso de editores de texto, planilhas eletrônicas e correio eletrônico	287
16. Organização de agendas, reuniões e eventos escolares	295
17. Controle de frequência, matrículas e histórico escolar	302
18. Apoio administrativo às atividades pedagógicas	309
19. Noções de organização do tempo e do espaço de trabalho	310
20. Responsabilidade socioambiental no ambiente escolar	312

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

- **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.
- **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.
- **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.
- **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.
- **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.
- **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.
- **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.
- **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).
- **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.
- **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.
- **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.
- **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:
"Proibido estacionar das 8h às 18h."

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

- **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.
- **Mensagem:** "Vamos ao cinema hoje?"
- **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.
- **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.
- **Mensagem:** "Aproveite a promoção imperdível desta semana!"
- **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.
- **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.
- **Mensagem:** "Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3."
- **Canal:** E-mail corporativo.
- **Análise em Concursos Públicos**
- Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:
 - **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.
 - **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.
 - **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

Exemplos:

“Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

- (A) João nunca saiu de casa.
(B) João estava em casa anteriormente.

Resposta correta: (B) João estava em casa anteriormente.

► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

Exemplos:

“Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

Exemplo Comparativo:

“Clara voltou ao trabalho.”

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.
- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

► Estratégias para Identificação

Para reconhecer pressuposições:

- Pergunte-se: “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA E DO BRASIL; POVOS INDÍGENAS, OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO; RELIGIÃO, ECONOMIA E INFRAESTRUTURA NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO REGIONAL; PRINCIPAIS MARCOS DA HISTÓRIA DE RONDÔNIA; ACONTECIMENTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS RECENTES NO ESTADO, NO BRASIL E NO MUNDO

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL E O PAPEL ESTRATÉGICO DA REGIÃO NORTE

A história da formação territorial do Brasil está diretamente ligada à expansão da colonização portuguesa, aos acordos diplomáticos com potências europeias e ao uso político e econômico do território. A colonização iniciou-se oficialmente em 1500, mas o domínio efetivo sobre o interior do país foi gradual. A região Norte, onde se insere Rondônia, só começou a ser ocupada de forma sistemática a partir dos séculos XVIII e XIX.

O Tratado de Tordesilhas (1494) dividia as terras americanas entre Portugal e Espanha, mas foi desrespeitado pelas expedições bandeirantes, que adentraram o território em busca de metais preciosos e indígenas para escravizar. Mais tarde, o Tratado de Madri (1750) redefiniu os limites territoriais com base no princípio do “uti possidetis”, reconhecendo a ocupação de fato pelos colonos portugueses — incluindo áreas que hoje compõem Rondônia.

Apesar de politicamente integradas ao Império do Brasil após a independência em 1822, muitas áreas do Norte permaneceram isoladas. Foi apenas com os ciclos extrativistas, como o da borracha, que a Amazônia passou a ter maior relevância econômica e estratégica para o Estado brasileiro. Rondônia se destaca neste processo como um território de fronteira, militarmente sensível e economicamente promissor.

POVOS INDÍGENAS, PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES E A OCUPAÇÃO DO VALE DO GUAPORÉ

Antes da chegada dos colonizadores, Rondônia era habitada por diversos povos indígenas, cada um com sua língua, cultura, modo de vida e relação com a natureza. Entre os principais grupos destacam-se:

- Cinta Larga
- Gavião
- Suruí (Paiter)
- Karitiana
- Arara
- Aikanã
- Zoró

▪ Tupari

Esses povos ocupavam extensas áreas e viviam em harmonia com os rios, florestas e ciclos sazonais. Tinham estruturas sociais complexas e sistemas de crenças que regiam o uso do território.

A partir do século XVIII, a região passou a ser explorada por portugueses e espanhóis, especialmente no contexto da disputa pelas fronteiras. A fundação de fortificações militares — como o Real Forte do Príncipe da Beira, em 1776, no atual município de Costa Marques — representou a tentativa de controle territorial da região.

Com o passar dos séculos, as expedições em busca de ouro e a instalação de missões religiosas contribuíram para a redução da população indígena por meio de guerras, doenças e deslocamentos forçados. No entanto, mesmo diante da pressão colonizadora, muitos desses povos resistiram e mantiveram sua presença em terras rondonienses até os dias de hoje, embora em contextos de vulnerabilidade.

A ECONOMIA DA BORRACHA E A CONSTRUÇÃO DA EFMM: PRIMEIROS CICLOS ECONÔMICOS

No final do século XIX e início do século XX, a Amazônia entrou no foco da economia mundial devido à alta demanda por borracha, matéria-prima essencial para a Revolução Industrial. Rondônia, rica em seringueiras, tornou-se um polo estratégico para a extração do látex.

Para facilitar o transporte da borracha até os portos do Atlântico, foi iniciada a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), em 1907. Com 366 km de extensão, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, a ferrovia foi considerada uma das maiores façanhas da engenharia da época, mas também um dos empreendimentos mais trágicos, com milhares de trabalhadores mortos por doenças tropicais e acidentes.

A EFMM consolidou Porto Velho como um importante centro urbano, acelerando a ocupação da região e abrindo caminhos para futuras rotas de migração. Após o declínio da borracha, a ferrovia perdeu relevância, mas seu papel histórico na formação de Rondônia é inegável.

Além da borracha, outros ciclos econômicos moldaram o território, como a extração de ouro, cassiterita e madeira, e, posteriormente, a agropecuária, que se tornaria a base da economia estadual nas décadas seguintes.

A COLONIZAÇÃO DIRIGIDA, MIGRAÇÃO SULISTA E O SURGIMENTO DE RONDÔNIA COMO ESTADO

A partir da década de 1940, o governo brasileiro passou a incentivar a ocupação da Amazônia com o objetivo de “integrar para não entregar”, frente ao temor de perda de soberania sobre vastas regiões pouco povoadas. Nesse contexto, foi criado, em 1943, o Território Federal do Guaporé, rebatizado como Território de Rondônia em 1956.

O processo de colonização acelerou-se nos anos 1970 e 1980, com o apoio do INCRA, por meio de projetos de colonização agrícola, e da abertura e asfaltamento da BR-364, que ligou Rondônia ao Centro-Oeste e Sudeste do país. Essa política atraiu milhares de famílias migrantes, principalmente do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), mas também do Sudeste e Nordeste.

Essa migração impactou fortemente a demografia e a cultura local. Cidades como Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena surgiram ou cresceram com base na ocupação agrícola e pecuária.

Em 1981, por meio da Lei Complementar nº 41, Rondônia foi elevado à condição de Estado, sendo oficialmente instalado em 1983. Desde então, o estado passou a eleger seus governadores, deputados e senadores, consolidando sua presença institucional no cenário nacional.

ASPECTOS RELIGIOSOS, CULTURAIS E DE INFRAESTRUTURA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO REGIONAL

A formação social de Rondônia também foi influenciada fortemente pela religião. A Igreja Católica, por meio das missões salesianas e da criação de dioceses, teve papel importante na estruturação das primeiras comunidades. A partir dos anos 1990, houve grande crescimento das igrejas evangélicas pentecostais, com forte influência nas políticas locais.

Do ponto de vista cultural, a diversidade de origens dos migrantes gerou um mosaico de tradições: festas juninas, fandangos, rodeios, culinária típica com influência gaúcha, nordestina e amazônica. Essa pluralidade define a identidade rondoniense contemporânea.

Na infraestrutura, destacam-se:

- Hidrelétricas do rio Madeira (Santo Antônio e Jirau): grandes obras do PAC que transformaram a economia e o meio ambiente local
- Avanço da malha rodoviária, permitindo o escoamento de grãos, carne e madeira
- Projetos de energia e telecomunicações, ainda que desiguais nas áreas rurais

No entanto, esses avanços também trouxeram impactos negativos: aumento do desmatamento, conflitos fundiários, degradação de terras indígenas e ribeirinhas.

ATUALIDADES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE RONDÔNIA NO SÉCULO XXI

Nos últimos anos, Rondônia tem sido destaque em diversas pautas de alcance nacional e internacional. Entre os principais temas atuais, destacam-se:

► Política e Economia

- O estado se consolidou como exportador de carne bovina, soja e café
- Há uma forte presença do agronegócio e bancada ruralista nas decisões políticas
- Ampliação de debates sobre uso de agrotóxicos, reformas fundiárias e regularização de terras

► Questões Sociais e Ambientais

- Rondônia está entre os estados que mais desmatam a Amazônia Legal, conforme dados do INPE
- Ações do IBAMA e MPF enfrentam resistência local em fiscalizações ambientais
- Conflitos entre indígenas, posseiros, madeireiros e garimpeiros têm aumentado
- Avanço das igrejas evangélicas na política e no cotidiano das comunidades

► Acontecimentos Recentes no Brasil e no Mundo

- Pandemia da COVID-19: impactos duradouros na saúde pública e na economia informal
- Crises climáticas globais: secas severas, ondas de calor e queimadas impactam agricultura e saúde
- Pressões internacionais pela proteção da Amazônia, especialmente nos fóruns como a COP
- Acordos comerciais internacionais começam a vincular preservação ambiental ao acesso a mercados

GEOGRAFIA FÍSICA DE RONDÔNIA E DO BRASIL: LOCALIZAÇÃO, CLIMA, RELEVO, HIDROGRAFIA, SOLOS E BIOMAS; CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS E DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

AS PRINCIPAIS FORMAS DE RELEVO DO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O relevo brasileiro é caracterizado por uma grande diversidade de formas e estruturas, resultado de milhões de anos de transformações geológicas. Mesmo sem grandes altitudes — o ponto mais alto, o Pico da Neblina, tem cerca de 2.995 metros — o território brasileiro apresenta um conjunto bastante variado de planaltos, planícies e depressões que influenciam diretamente a ocupação do espaço, a prática de atividades econômicas e até mesmo a distribuição populacional.

► As grandes unidades do relevo brasileiro

A classificação tradicional do relevo no Brasil, muito usada em materiais didáticos e concursos, é a proposta pelo geógrafo Jurandyr Ross (1995), que dividiu o relevo nacional em 28 unidades, organizadas dentro de três grandes categorias:

- **Planaltos:** Áreas mais elevadas e antigas, com predominância de processos de erosão. Estão presentes em diversas partes do Brasil, como o Planalto Central, Planalto Meridional e o Planalto da Borborema.
- **Planícies:** Terrenos mais baixos, com superfície geralmente plana, formadas por sedimentação. Estão ligadas a grandes rios e áreas costeiras, como a Planície Amazônica e a Planície do Pantanal.
- **Depressões:** Áreas rebaixadas entre planaltos ou entre planaltos e planícies. São resultantes de processos erosivos e podem ser encontradas em várias regiões, como a Depressão Sertaneja e do São Francisco.

INFORMÁTICA BÁSICA

CONCEITOS DE INFORMÁTICA BÁSICA; HARDWARE E SOFTWARE

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

► Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

► Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

► Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

► Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

► Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

► Placas de vídeo

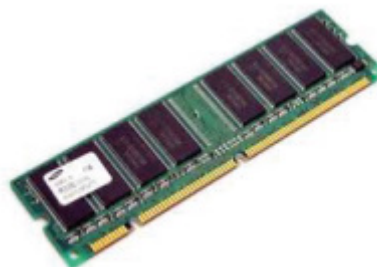
São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES BÁSICAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADAS AO AMBIENTE ESCOLAR; ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA ESCOLAR; ROTINAS ADMINISTRATIVAS E DE SECRETARIADO

Fundamentos e Princípios da Administração Pública na Escola

A administração pública no contexto educacional é o conjunto de diretrizes e normas que regem a organização, o gerenciamento e a execução das políticas de ensino dentro do aparato estatal. Diferente da gestão de empresas privadas, o ambiente escolar público está vinculado estritamente ao regime jurídico administrativo, o que significa que todas as ações realizadas dentro da escola devem visar ao interesse da coletividade e ao cumprimento do dever constitucional do Estado com a educação. Administrar uma escola pública exige o conhecimento de normas que garantem a regularidade de processos que vão desde a conservação do prédio até o cumprimento do projeto político-pedagógico.

Nesse cenário, o gestor e os demais profissionais da educação atuam como agentes públicos, cujas funções são delegadas para assegurar que o serviço de ensino seja contínuo e universal. A administração escolar pública envolve a gestão de recursos financeiros, humanos e patrimoniais, exigindo um alto grau de conformidade com os regulamentos dos sistemas de ensino federal, estaduais ou municipais. A compreensão dessa estrutura é o que permite que a escola funcione como uma engrenagem eficiente do Estado, respeitando a hierarquia administrativa e os direitos dos cidadãos que utilizam o serviço.

O Princípio da Legalidade e a Vinculação Administrativa

O princípio da legalidade é a base primordial de toda a administração pública e dita que o agente público só pode realizar aquilo que está expressamente previsto e autorizado em lei. No ambiente escolar, este princípio atua como uma garantia contra o autoritarismo e a arbitrariedade, assegurando que as decisões tomadas pela direção ou pelo conselho escolar tenham fundamento em normas vigentes. Isso significa que não há espaço para a vontade pessoal do gestor; todas as ordens de serviço, regulamentos internos e punições disciplinares devem estar amparadas por dispositivos legais prévios.

Além disso, a legalidade impõe que todos os procedimentos administrativos, como a contratação de serviços de manutenção ou a organização de calendários, sigam ritos específicos. Se um ato administrativo for praticado sem o devido respaldo legal, ele é passível de anulação e o responsável pode ser penalizado.

Portanto, a conformidade legal na escola não é apenas uma formalidade, mas a segurança jurídica necessária para que a instituição cumpra seu papel social sem desvios de finalidade ou excesso de poder.

Impessoalidade, Moralidade e o Tratamento Equânime

A impessoalidade determina que a administração escolar deve ser voltada ao interesse público, proibindo o favorecimento de indivíduos ou grupos específicos. No cotidiano da escola, este princípio proíbe que critérios de amizade, parentesco ou inclinação política influenciem a distribuição de vagas, a escolha de turmas ou a priorização de atendimentos. O agente público atua em nome do Estado, e não em nome próprio, o que exige que o tratamento dispensado a alunos, pais e funcionários seja neutro, justo e igualitário, independentemente de quem ocupe os cargos de liderança.

Somado a isso, o princípio da moralidade administrativa exige que a conduta do servidor vá além da simples obediência à lei, integrando a ética e a honestidade ao exercício da função. A moralidade impõe que o gestor aja com boa-fé, prezando pela lealdade à instituição e pela integridade no manejo da coisa pública. Uma ação pode ser legal do ponto de vista técnico, mas se ela ferir a moralidade ou a ética esperada de um representante do Estado, ela pode ser contestada judicialmente. A moralidade é, portanto, o filtro ético que garante que a escola seja um ambiente de confiança e integridade para toda a comunidade escolar.

Publicidade e Eficiência na Gestão de Resultados

O princípio da publicidade obriga que os atos da administração escolar sejam transparentes e acessíveis ao escrutínio da sociedade. Isso se aplica à divulgação de orçamentos, resultados de processos avaliativos, atas de reuniões do conselho e prestações de contas de recursos recebidos. A transparência é um instrumento de controle social, permitindo que a comunidade escolar fiscalize como o dinheiro público está sendo investido e se as metas educacionais estão sendo atingidas. A ausência de publicidade em atos oficiais pode gerar a nulidade dos mesmos, uma vez que o cidadão tem o direito constitucional de ser informado sobre a gestão dos bens públicos.

Por fim, o princípio da eficiência exige que a administração escolar busque a otimização de recursos, entregando o melhor serviço educacional com o menor desperdício possível. Ser eficiente na escola significa reduzir a burocracia desnecessária, agilizar processos de matrícula e transferência, e garantir que a infraestrutura física seja mantida de forma preventiva. A eficiência não se resume apenas à economia de verbas, mas à qualidade do resultado final: um ambiente escolar organizado,

onde os recursos pedagógicos estão disponíveis e o tempo dos profissionais e estudantes é respeitado e bem aproveitado para o desenvolvimento do ensino.

A Escola como Patrimônio Público: Zelo e Responsabilidade

A escola pública é um bem de uso especial, o que significa que é um patrimônio destinado especificamente à prestação do serviço público de educação. Como tal, a infraestrutura física, os móveis, os equipamentos tecnológicos e os materiais didáticos não pertencem à direção, aos professores ou aos alunos, mas sim ao Estado e, em última instância, a toda a sociedade.

A compreensão da escola como patrimônio coletivo é o primeiro passo para uma administração que preza pela continuidade do serviço, pois a destruição ou a má conservação desses bens compromete diretamente o direito dos cidadãos ao acesso a um ensino de qualidade.

Neste contexto, a administração do patrimônio escolar envolve o controle rigoroso de tudo o que compõe o inventário da unidade. Cada item, desde um computador no laboratório de informática até as carteiras em sala de aula, deve ser devidamente catalogado e monitorado. O zelo patrimonial não se limita apenas à guarda física, mas também à manutenção preventiva e corretiva, garantindo que o investimento feito com dinheiro público tenha a maior vida útil possível. O descaso com o patrimônio gera prejuízos financeiros ao erário e prejudica o ambiente pedagógico, tornando-o insalubre ou desestimulante para o aprendizado.

O Controle Patrimonial e o Inventário Escolar

O controle patrimonial é o processo administrativo que identifica, registra e fiscaliza os bens móveis e imóveis da instituição. Nas escolas públicas, esse controle é feito por meio do tombamento, que consiste em atribuir um número de registro (placa de patrimônio) a cada item permanente adquirido pela unidade ou recebido de órgãos superiores. Esse registro permite que o Estado saiba exatamente onde o recurso foi alocado e quem é o responsável por ele. O inventário deve ser atualizado periodicamente para refletir a realidade física da escola, identificando itens que precisam de reparo ou que foram danificados.

Além do registro inicial, o controle patrimonial exige a realização de vistorias e conferências de bens. Quando um funcionário recebe um equipamento para uso específico, ele assina um termo de responsabilidade, vinculando seu nome à conservação daquele objeto.

Caso ocorra o desaparecimento ou o dano intencional de um bem sem a devida justificativa, processos administrativos podem ser instaurados para apurar a responsabilidade e buscar o ressarcimento ao cofre público. Esse rigor é fundamental para evitar o desperdício e garantir que as gerações futuras de estudantes também possam usufruir dos recursos disponíveis.

Responsabilidade Civil e Administrativa sobre o Bem Público

A guarda e a conservação do patrimônio escolar geram responsabilidades legais para todos os agentes públicos que atuam na instituição. A responsabilidade administrativa ocorre quando o servidor falha no seu dever de vigilância ou de manutenção, resultando em prejuízo ao patrimônio.

Isso pode gerar desde advertências até penalidades mais graves, dependendo da extensão do dano e do grau de negligência. Já a responsabilidade civil envolve a obrigação de indenizar o Estado pelo prejuízo financeiro causado, seja por dolo (intenção de destruir) ou por culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

É importante destacar que o dever de zelo estende-se também à comunidade escolar e aos alunos, embora o servidor público tenha o papel de fiscalizador direto. A depredação do patrimônio, como pichações ou quebra deliberada de vidros e móveis, pode ser caracterizada como crime de dano ao patrimônio público, conforme previsto no Código Penal. Cabe à administração escolar promover a conscientização sobre o valor do bem público e, simultaneamente, aplicar os mecanismos de controle para identificar autores de vandalismo, garantindo que a escola permaneça como um ambiente seguro e bem preservado para todos.

Recursos e Orçamento Escolar: Financiamento e Prestação de Contas

O financiamento da educação pública no Brasil é estruturado por meio de um regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios. Para que a escola funcione plenamente, é necessário o aporte de recursos que garantam desde o pagamento de salários até a manutenção da infraestrutura e a compra de materiais pedagógicos.

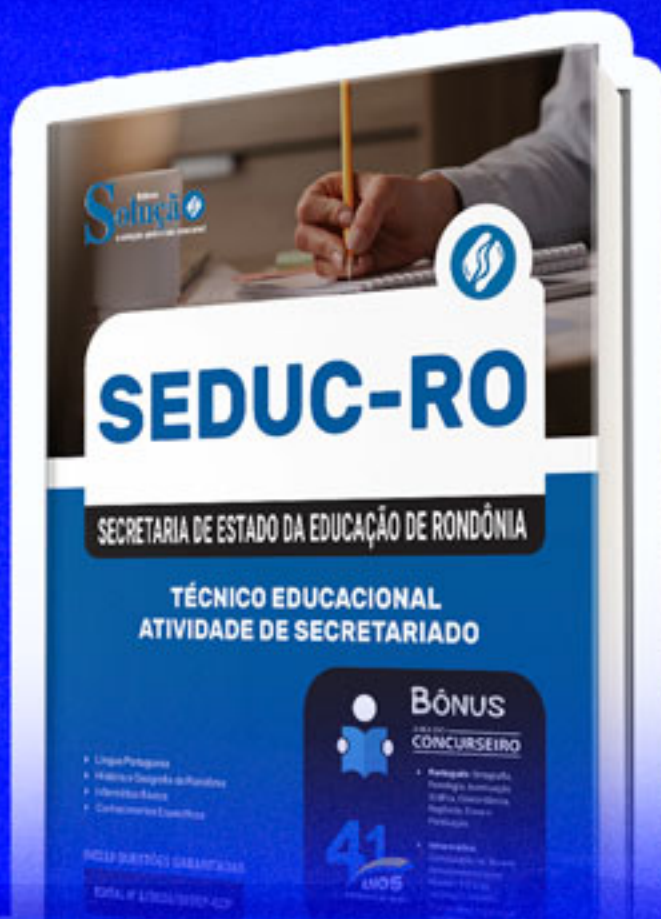
A gestão desses recursos dentro do ambiente escolar exige que o administrador conheça as diferentes fontes de receita e as regras específicas para a aplicação de cada verba, uma vez que o dinheiro público é “carimbado”, ou seja, possui uma destinação legal obrigatória que não pode ser alterada conforme a vontade do gestor.

O planejamento orçamentário na escola deve ser um processo contínuo e estratégico. Não basta apenas receber o recurso; é preciso prever as despesas prioritárias e alinhar o gasto ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição. Um orçamento bem gerido permite que a escola antecipe necessidades, evite a falta de materiais essenciais e garanta a equidade no atendimento das demandas de diferentes áreas, como laboratórios, biblioteca e merenda escolar. A má gestão orçamentária, por outro lado, pode resultar no bloqueio de verbas futuras e em sanções administrativas para os responsáveis.

Fontes de Financiamento e o PDDE

Uma das principais ferramentas de transferência de recursos para as escolas é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Este programa tem como objetivo prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica. O recurso é repassado diretamente à Unidade Executora (UEX), que geralmente é representada pela Associação de Pais e Mestres (APM) ou conselho escolar. A grande vantagem do PDDE é a autonomia que ele confere à comunidade escolar para decidir onde aplicar o dinheiro, seja em pequenos reparos, na compra de material de consumo ou em pesquisas e atividades pedagógicas.

Além do PDDE, existem outras fontes de receita que compõem o orçamento escolar, como os recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e repasses específicos para alimentação (PNAE) e transporte escolar (PNATE).



**GOSTOU DESSE
MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!